

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.707 - SC (2019/0105633-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : EMILIO OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : JOAO ELOI DE SOUZA  
**ADVOGADOS** : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA E  
OUTRO(S) - PR018294  
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694  
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **Emílio Oliveira e outro** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 1039):

*ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CESSÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. AVALISTA. LEGITIMIDADE PASSIVA. CORREÇÃO MONETÁRIA. VARIAÇÃO PREÇO MÍNIMO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA.*

*1. A inscrição em dívida ativa de créditos rurais originários de operações financeiras, alongadas ou renegociadas, cedidos à União por força da Medida Provisória 2.196-3/2001, não faz desaparecer a obrigação dos avalistas em relação ao exequente, uma vez que o ato de inscrição do crédito abrange todas as suas garantias, inclusive o aval.*

*2. É permitida a adoção do índice de correção monetária pela variação do preço mínimo apenas nos casos em que o contrato tenha sido firmado após a entrada em vigor da Lei 8.880/94 e que haja acordo expresso sobre a aplicação de tal índice.*

*3. A Segunda Seção do egrégio STJ, no julgamento do Recurso Especial n.º 1.061.530, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, publicado no DJe de 10/03/2009, que tramitou segundo as regras introduzidas ao CPC pela Lei dos Recursos repetitivos, consolidou entendimento no sentido de que o reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora e, em consequência, devem ser afastados seus consectários legais.*

*4. É pacífico nesta Corte que a possibilidade de capitalização mensal de juros somente é admitida em casos específicos, e desde que expressamente pactuada.*

Opostos embargos declaratórios por ambas as partes, foram parcialmente acolhidos, para fins de prequestionamento (fl. 1100).

Sucessivos aclaratórios da União, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1022 do CPC/1022 (fls. 1152).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de divergência jurisprudencial, violação à Lei n. 10.437/2002; e 86, parágrafo único, do CPC/2015. Sustenta que: (I) não é possível a capitalização dos juros ante e inexistência de pacto nesse sentido; e (II) os honorários advocatícios devem ser redistribuídos entre as partes, tendo em vista que a parte ora agravante decaiu de parte mínima do pedido.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que, embora a parte recorrente tenha indicado violação à Lei nº 10.437/2002, não apontou, com precisão, qual regramento legal teria sido efetivamente violado pelo acórdão recorrido. Assim, nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal, a indicação de violação genérica a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"). Acerca do tema, os seguintes julgados ganham relevo: **AgRg no Ag 1.325.843/PR**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 21/11/2011; **REsp 865.843/RS**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 7/11/2006.

Por outro lado, no que diz respeito à distribuição dos ônus sucumbenciais, pacífico o entendimento desta Corte Superior de que "*a aferição da sucumbência recíproca ou em parte mínima, caso fosse possível, envolveria contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.*" (**AgRg no AREsp 498.777/PE**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 17/03/2015).

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO.*

*FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.*

[...]

2. *A jurisprudência desta Corte é no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, a revisão do critério utilizado para fixação da verba advocatícia em virtude da sucumbência recíproca ou em parte mínima, por depender tal providência da reapreciação do contexto fático-probatório do caso concreto. Incidência da Súmula 7/STJ.*

3. *Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 638.976/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 30/6/2015)**

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SIMPLES REITERAÇÃO DAS ALEGAÇÕES VEICULADAS NO RECURSO ANTERIOR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIO ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 07/STJ. INCIDÊNCIA.*

[...]

*II - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de afastar o cabimento da condenação ao pagamento dos honorários à parte adversa, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.*

[...]

*IV - Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no AREsp 639.876/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/6/2015, DJe 26/6/2015)**

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.*

1. *Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.*

2. *A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.*

*Precedentes.*

3. *O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.*

4. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg no AREsp 150.682/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/5/2015, DJe 19/5/2015)**

No caso dos autos, a Corte local consignou que "*a sucumbência é recíproca e, portanto, mantenho o fixado em sentença.*" (fl. 1054).

Assim, a verificação da proporção da sucumbência das partes, implica novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Fica prejudicada, pelas mesmas razões, a análise do dissídio jurisprudencial.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator